

# DUAS FASES DE CAPISTRANO DE ABREU: NOTAS EM TORNO DE UMA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS\*

---

## RESUMO

Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca da produção historiográfica de Capistrano de Abreu, recolocando contextos internacionais, nacionais e locais que confluem para dar possibilidade ao surgimento de uma obra que se contrapõe a toda uma geração historiográfica anterior, e em seguida sintetizando a tese de que no interior da própria trajetória historiográfica de Capistrano de Abreu haveria um momento de ruptura que inverte a concepção historiográfica deste autor cearense. O objetivo do artigo não é examinar toda a obra de Capistrano de Abreu, mas apenas analisar o contraste entre duas fases iniciais deste autor: a das obras iniciais, e a dos Capítulos de História Colonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capistrano de Abreu; Historiografia; Historiografia Brasileira.

## ABSTRACT

*This article attempts to develop a reflection about the historiographic production of Capistrano de Abreu, rethinking international, national and local contexts that are in confluence to bellows the growing of a production which is in contraposition with the anterior historiographic generation. After this, it is synthesized the thesis that, in the interior of the historiographic trajectory of Capistrano de Abreu, that wood be a break that inverts the historiographic conception of this author born in Ceará. The intention of the article is not to examine all historiography production of Capistrano de Abreu, but only to analyze the contrast between two initial phases of this author: the initial works, and the phase of the Capítulos de História Colonial.*

**KEYWORDS:** *Capistrano de Abreu; Historiography; Brazilian Historiography.*

---

## **Capistrano de Abreu e o contexto nacional e internacional de sua formação**

Dentre as grandes contribuições do século XIX e início do século XX para o desenvolvimento da historiografia brasileira, certamente um nome adquire especial lugar de destaque: o de Capistrano de Abreu, historiador cearense que constrói sua carreira no Rio de Janeiro das últimas décadas deste século, e que adentra as primeiras décadas do século XX. Antes de compreender a especificidade desta contribuição e desta concepção historiográfica que flui através da escrita precisa e concisa de Capistrano – bastante inovadora em relação ao que então se produzia naquele ambiente historiográfico do Império que tivera em Varnhagen o seu maior nome – será preciso delimitar todo um contexto social, político e cultural de uma nova época, atentando não apenas para a história brasileira como também para a nova conjuntura internacional.

Depois, será o momento de identificar as fases internas no pensamento historiográfico de Capistrano de Abreu, e, por dentro destas várias fases, avaliar as obras que permitem singularizá-las, seus objetivos, suas temáticas, os interesses com os quais elas sintonizam, os diálogos historiográficos estabelecidos, as práticas e representações que as informam. De acordo com a perspectiva analítica em que nos basearemos, e que foi apresentada pela primeira vez por Arno Wehling,<sup>1</sup> existiriam pelo menos dois “capistranos”, e seria mesmo possível identificar na obra de Capistrano de Abreu uma ruptura que a certo momento inverte a sua postura historiográfica anterior. Assim, após o “historicista cientificista” que em uma primeira fase buscava leis gerais e a identificação de possíveis determinismos com vistas a localizar em uma grande narrativa as etapas da formação brasileira, o ano de 1883 – após a obra *Descobrimento do Brasil* – irá nos trazer uma virada radical na obra do historiador cearense. Isto é particularmente interessante para a análise historiográfica, pois enquanto em certos autores existe uma unidade identificável, e em outros um deslizamento de uma fase a outra, em Capistrano há uma ruptura do

historiador consigo mesmo. Analisar essa ruptura é útil para iluminar seja os traços do “historicismo cientificista”, ou seja, os traços de um historicismo mais relativista que se opõe à identificação de um sistema geral à maneira positivista ou evolucionista.

Dito isto, o nosso objetivo neste primeiro momento será o de levantar as condições locais, nacionais e internacionais que possibilitam o surgimento da historiografia da Capistrano de Abreu – uma historiografia que, do ponto de vista de sua temática e de seus objetivos, já se mostra desde o primeiro momento capaz de ultrapassar o modelo político tradicional e de adentrar por uma escrita historiográfica já preocupada com a dimensão sócio-econômica, e até com aspectos culturais, ao mesmo tempo em que já adquire uma abrangência de visão suficiente para abandonar uma narrativa histórica centrada nas elites de modo a abarcar também elementos populares importantes. Esta história – este projeto de uma nova historiografia – não nasce obviamente pronta em Capistrano, e parte de certos princípios formadores, entre os quais a ambição inicial de decifrar as influências da Natureza sobre a Civilização. Um bom começo para entender a trajetória historiográfica de Capistrano de Abreu será nos interrogarmos pelo contexto político-cultural europeu relativo ao período de formação historiográfica do historiador cearense.

Neste nível contextual mais externo – correspondendo a uma época na qual o contexto histórico europeu impunha frequentemente uma interferência bastante direta sobre os destinos políticos e culturais do Brasil – os anos 1870 abrem-se precisamente com esse acontecimento particularmente significativo que foi a Guerra Franco-Prussiana, com a derrota dos franceses para os alemães. Porque este evento teve tanta repercussão no mundo cultural brasileiro? Para compreender essa questão, é preciso ter-se em vista que a cultura nacional – e a feitura historiográfica em particular – era até então fortemente marcada por uma influência francesa, por vezes até uma influência exclusivamente galocêntrica no âmbito da obra de determinados autores. Ainda que, após esta data, autores franceses como Augusto Comte, Taine ou Renan continuassem estendendo sua influência

sobre o pensamento historiográfico, geográfico e sociológico do novo período – e que até se fortalecessem através da intensificação do Positivismo no Brasil, para o caso da influência de Augusto Comte – a verdade é que a derrota francesa no plano político europeu contribuiria de alguma maneira para abalar a sua hegemonia cultural sobre o Brasil, e os novos pensadores das últimas décadas do Império mostram-se francamente abertos também a outras influências, mais particularmente às influências intelectuais advindas da Alemanha, que sai do conflito de 1870 como a grande vencedora no plano político europeu.

Além disto, é importante lembrar outro fio importante desta intrincada trama que contribui para trazer a influência alemã ao universo historiográfico brasileiro. Referimo-nos ao fato de que desde 1835, com a publicação de uma primeira obra historiográfica intitulada *Notícias do Brasil*, e particularmente a partir de 1841, quando se torna primeiro secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, vinha se destacando um grande nome entre os historiadores brasileiros: o de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). A publicação dos dois volumes de *História Geral do Brasil*, entre 1854 e 1857, traria um prestígio crescente a Varnhagen, que era filho de uma portuguesa e de um engenheiro-militar alemão que se estabelecera no Brasil a serviço do Império Português. Essa formação familiar de Varnhagen o ligaria desde cedo à influência do historicismo alemão relacionado à linha rankiana, e, uma vez que ele se tornaria o mais proeminente historiador de sua geração no Brasil, é natural que a mesma influência se estendesse de modo particularmente vivo aos quadros historiográficos brasileiros. Desta maneira, os meados do século XIX já assinalam no Brasil um complexo quadro de disputas no qual o positivismo francês e o ‘historicismo romântico’<sup>2</sup> afirmam-se como duas importantes melodias em contraponto.

De todo modo, com a emblemática derrota militar dos franceses para os alemães em 1870, o ambiente intelectual brasileiro torna-se ainda mais aberto à diversidade teórico-metodológica: não apenas à influência alemã, como também a contribuições vindas de outros países, para além da França.

À parte a já mencionada contribuição do historicismo alemão como um todo, para os meios historiográficos brasileiros a influência inglesa é trazida sobretudo por Henry Thomas Buckle (1821-1862) – historiador que escrevera uma extensa *História da Civilização na Inglaterra* examinada sob a perspectiva de leis gerais que regeriam os desenvolvimentos históricos<sup>3</sup> – mas também pela assimilação do modelo evolucionista de Charles Darwin pelas ciências sociais, particularmente através do darwinismo social proposto por Herbert Spencer (1820-1903).

A ideia de que o evolucionismo poderia ser aplicado a todas as ciências, inclusive às humanas, estará então em pauta através da adaptação de conceitos como o de “seleção natural” para os modelos explicativos da sociedade humana, para além da utilização de paradigmas de visualização das sociedades e civilizações humanas como grandes organismos que nascem, amadurecem, declinam, ou mesmo morrem. Já com relação à influência alemã, talvez ainda mais forte, os grandes nomes que passam a frequentar a paleta de leitura dos historiadores, sociólogos e geógrafos brasileiros são os de Ranke e Ratzel. Através deste último, a historiografia e o pensamento social brasileiro passam a respirar a atmosfera conceitual do Determinismo – geográfico, climático, biológico – por vezes repercutindo em teorias sociais que se propunham a examinar a composição populacional do ponto de vista de “raças” diferenciadas com características próprias e com um modelo de hierarquização implícito na relação que se propunha entre elas, obviamente visando favorecer com esta leitura o superioridade do fator de descendência europeia.

Também se inaugura nos nossos meios historiográficos uma nova intensidade relacionada à preocupação cientificista, seja a partir de um viés positivista inspirado em Comte, seja dentro de uma perspectiva influenciada pelo evolucionismo ou pelo darwinismo social.<sup>4</sup> Investia-se cada vez mais na ideia de que a mesma objetividade com que os cientistas estudavam a natureza ou os fenômenos físicos poderia ser aplicada de alguma maneira ao estudo dos fatos sociais. Por outro lado, se adquirem algum destaque os modelos sociológicos simplificados e generalizadores que pretensamente

trariam uma maior objetividade à análise social, fortemente amparada de outra parte em uma crítica sistemática da documentação histórica, alguns fatos internos à realidade brasileira favoreceriam, ou mesmo imporiam a alguns autores, uma nova consciência relativa à diversidade nacional. Apenas para dar um exemplo, autores como Silvio Romero impunham-se a si mesmos a tarefa de descobrirem um Brasil verdadeiro – diversificado, e por vezes destoante em relação ao Brasil até então desenhado pela intelectualidade nacional – e logo a diversidade nacional e a complexidade brasileira não tardariam a “discursar” com bastante eloquência através de artistas e escritores que pudessem captá-la, e até a “gritar” através de acontecimentos políticos imprevistos.

A título de exemplo, e já considerando a fase de ultrapassagem do Império com os primeiros anos após a proclamação da República, podemos lembrar que nem bem os primeiros republicanos se acomodaram nos seus novos postos e estouraria em 1896, em pleno sertão da Bahia, um dos mais impressionantes e sangrentos episódios da História do Brasil, onde a ‘Guerra dos Canudos’ revelaria nacionalmente um sertão novo, até então desconhecido dos brasileiros que viviam nas cidades bem organizadas do litoral e do sul. Canudos, movimento de inspiração religiosa que se organizara em torno do profeta Antônio Conselheiro, trouxe à tona uma estranha massa formada por índios, caboclos, mulatos, pretos ... sertanejos em geral – expressão humana de indefinidas combinações multirraciais que não se adequavam aos bem arrumados tipos étnicos que eram idealizados desde o romantismo brasileiro. A cobertura jornalística do movimento de Canudos, e de sua violenta repressão pelo exército republicano, renderia um dos maiores livros do princípio da República: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1908) – obra em que pela primeira vez era avaliada de frente a questão do subdesenvolvimento do Brasil, e em que se percebia com muita clareza que dentro deste país existiam muitos brasis. Para o que nos interessa, a importância de *Os Sertões* está em evidenciar a emergência de uma nova postura intelectual perante a multidiversificação da sociedade brasileira. Para a emergência de uma obra como *Os Sertões* o pesquisador

precisou deixar de ser “romântico”, teve de abandonar a coleta de dados de superfície e o mero impulso emotivo, precisou compreender por dentro os homens que iria investigar (e não de fora, como mero colecionador de peculiaridades) – sobretudo, ele precisou de método. É esta nova postura que marca a passagem do cronista ou do colecionador romântico, meramente movido por uma empolgação afetiva ou por uma erudição ornamental, para o pesquisador moderno.

Diga-se de passagem, o combate à velha postura romântica – esta que se mostrara tão confortável na época de Varnhagen e dos fundadores do IHGB – seria precisamente uma das tônicas da geração historiográfica presidida pela contribuição de Capistrano de Abreu.<sup>5</sup> Para além do fato de que o Romantismo já começava a ser questionado na própria Europa, o Brasil das últimas décadas do século XIX oferecia ainda novos contextos que catalisariam de modo particularmente intenso a produção de ideias novas. Nem o mundo político nem o mundo econômico eram já os mesmos.

Há decerto muitas contradições políticas e econômicas envolvidas neste novo período. Entre os eventos mais impactantes, terá tido seu peso a Guerra do Paraguai, que, após seu término, em 1865 podia passar a ser examinada de maneira mais distanciada, revelando contradições importantes da sociedade brasileira no que tange à diversidade do seu aspecto populacional e, conseqüentemente, deste Povo Brasileiro que logo precisaria ser examinado de uma nova maneira pelos historiadores. A Escravidão, por exemplo, e conseqüentemente a contribuição negra para a formação social e cultural do Brasil, era uma das questões entre outras tantas. Tal como demonstra Ricardo Salles em seu ensaio sobre a participação de escravos na Guerra do Paraguai,<sup>6</sup> muitos escravos haviam combatido nas fileiras do exército nacional. Embora não tantos como propunha a antiga historiografia revisionista, os escravos constituíam pelo menos 10% do efetivo militar brasileiro naquela guerra.<sup>7</sup> Eram brasileiros? Estavam, afinal, inseridos na sociedade nacional de modo efetivo?

De igual maneira, a já citada Guerra dos Canudos, trinta anos depois e já no período Republicano, continuaria a expor brutalmente, através dos

acontecimentos sociais e políticos, as contradições entre a noção política de Povo, associada ao conceito de Cidadania plenamente exercida, e a noção étnica de Povo. A natureza deste povo, sua constituição diversificada, os antagonismos entre os vários setores, o contraste entre os variados modos de vida, tudo isto ainda clamava por análises historiográficas.

Vale lembrar ainda que, para além da questão social propriamente dita, a nova geração de historiadores contemporâneos a Capistrano de Abreu começa a se formar intelectualmente em um mundo repleto de incontornáveis contradições econômicas e políticas, para não falar nas culturais. Que dizer da paradoxal contradição política examinada por Lilia Schwarz,<sup>8</sup> segundo a qual neste período Dom Pedro II atingiria o auge da popularidade, e ao mesmo tempo viveria já de modo intenso os primeiros sinais do seu declínio, delineando-se aqui uma crise orçamentária que perduraria até o tempo que ainda restava para o Brasil Império? Ao mesmo tempo, o próprio Exército, ampliado, modernizado e organizado mais sistematicamente para sustentar-se na Guerra do Paraguai de modo a apoiar a política Imperial, em um tempo não muito distante seria precisamente uma das forças decisivas para a derrubada desta mesma Realeza (e, é bom lembrar, também para a imposição das ideias positivistas). Afirmam-se também no cenário político nacional contradições incontornáveis entre o Poder Moderador e o sistema representativo, cresce a insatisfação liberal, fortalece-se o Partido Republicano Paulista. O quadro político era efervescente, e a ele acrescentavam-se mudanças significativas no plano social e econômico, que iam desde a crise do Sistema Escravista ao fortalecimento econômico e político de novos setores sociais, tal como este que autores diversos identificaram como o “embrião de uma classe média urbana”.<sup>9</sup>

Em que medida exemplos como o da incorporação da população escrava e forra às lutas na Guerra do Paraguai, ou da explosão de diversidade trazida à tona pela Guerra dos Canudos e de sua interpretação por Euclides da Cunha, entre outros tantos que poderiam ser ressaltados, contribuem para uma compreensão das condições em que vai sendo gestado o novo

pensamento historiográfico brasileiro das últimas décadas do século XIX, com destaque para a produção de Capistrano de Abreu? Eles são importantes porque – no contexto da assimilação do cientificismo europeu – estes acontecimentos emblemáticos nos podem dar uma ideia bastante clara, antes de mais nada, acerca da tensão essencial que permeia a produção intelectual da geração de historiadores que trouxe a contribuição historiográfica de Capistrano de Abreu.

Por um lado, esta nova geração de historiadores se abriu francamente à ambição do cientificismo, à influência de novos horizontes teóricos trazidos por linhas de influência que, para além da França (mas também a abrangendo), incluíam agora autores ingleses e alemães, permitindo-lhes vislumbrar modelos deterministas vários, paradigmas generalizadores de compreensão da sociedade, modelos organicistas e outros mais. Por outro lado, a diversidade inerente à própria população brasileira – explodindo a partir de acontecimentos como Canudos ou como as revoltas federalistas no Sul – impunha não apenas que se levasse em conta a multidiversificação étnica e social brasileira, como também que se tratasse em primeiro plano – como tema central para a compreensão da história nacional – a questão da composição populacional, do povo brasileiro, dos modos como este povo se organizava em sociedade ao longo do vasto território nacional, dos confrontos e combinações que se estabeleciam nos espaços rurais e urbanos. A diversidade de gentes e de espaços nacionais era certamente uma temática que começava a impor enfaticamente a sua presença no centro do palco historiográfico.

Dito de outra forma, ‘generalismo’ e ‘atenção à diversidade’ estabeleciam a sua luta surda ou o seu indelével diálogo no interior da obra dos novos historiadores do fim do século. Conforme se dava um encaminhamento ou outro a esta tensão, tinha-se uma posição mais próxima ao Positivismo – generalizante, confiante nas leis gerais capazes de determinar o comportamento humano e de orientar a percepção sociológica ou historiográfica – ou uma posição mais próxima ao historicismo mais relativista, corrente que tendia a reconhecer ou enfatizar os particularismos,

as culturas nacionais, o não enquadramento do estudo do homem a uma única tábua de análise. Um balanço mais geral mostra um predomínio inicial da influência positivista na historiografia brasileira do período, pois dos centros culturais do Rio de Janeiro à Escola de Minas, em Ouro Preto, é bem perceptível a importância do pensamento de Comte ou Spencer como formador do pensamento historiográfico da nova geração; apenas em Recife tem-se um franco predomínio da linha de força historicista, expresso em uma resistência ao cientificismo sociológico que se estabelecia a partir de uma distinção mais clara entre natureza e cultura. Entre os grandes nomes, Tobias Barreto ocupava uma posição mais excepcional e extremada, que recusava a existência de leis para a história humana e que, para retomar uma observação de José Carlos Reis, era já quase um “culturalista”.<sup>10</sup>

De qualquer maneira, a tendência mais ampla da historiografia brasileira das três últimas décadas do século XIX apontava para a sintomática ocorrência desta tensão entre ‘generalização’ e ‘reconhecimento da diversidade’ nos vários autores, ocasionalmente com algum destes pólos a predominar na obra deste ou daquele historiador. Esbatiam-se nas diversificadas produções historiográficas, lado a lado, desde um sociologismo cientificista no qual apareciam em menor ou maior grau as influências de Comte ou Spencer, até aquele modelo de historicismo que, para alguns autores, como é o caso de Arno Wehling,<sup>11</sup> já pode ser denominado “historicismo cientificista”.

A questão da temática, ou do enfoque historiográfico que separa as duas fases maiores de nossa primeira historiografia – a geração de Varnhagen e a geração de Capistrano de Abreu – apresenta uma importância certamente considerável. Se o tema fundamental da historiografia brasileira anterior à Guerra do Paraguai, notadamente com Varnhagen, era o Estado Imperial, a população seria para os historiadores da geração de Capistrano de Abreu a preocupação determinante.<sup>12</sup> A isto podem ser acrescentadas, naturalmente, as já mencionadas transformações do contexto político: se Varnhagen escrevera suas principais obras quando a Monarquia se consolidava nos anos 1850, já Capistrano de Abreu escreve o seu primeiro

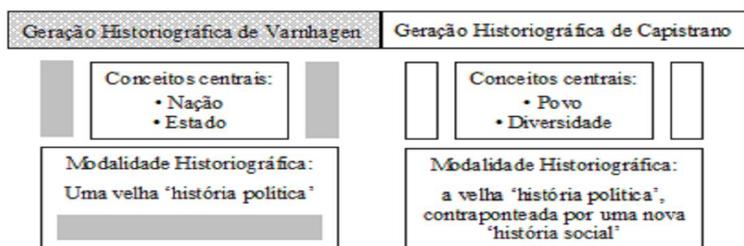
texto historiográfico – o *Necrológio de Varnhagen* (1878) – quando tanto a Monarquia encontrava-se já abalada, como também se achava em crise o próprio regime escravocrata.<sup>13</sup> O Estado Imperial já não podia ser o tema mais festejado pelas buscas historiográficas, e da questão político-institucional alguns historiadores começavam a derivar sutilmente para a questão social, para a necessidade de se pensar também a questão econômica sobre novos prismas, e para a ambição de compreender de alguma maneira a multidiversificação cultural. Ainda sendo questões que começavam a ser apenas tateadas nestas últimas décadas do Império e nos primeiros anos da República, o século XX imporia definitivamente aos historiadores brasileiros estas novas preocupações, sem contar que logo viriam da Europa novas influências que reforçariam e dariam suporte a estas tendências.

Esta passagem das antigas preocupações exclusivamente políticas da historiografia brasileira para um novo âmbito de perspectivas que incluíam aspectos culturais e econômicos sintoniza-se perfeitamente, conforme se vê, com a migração das temáticas centradas no *Estado* e na *Nação* para as temáticas centradas no *Povo*, etnicamente falando.<sup>14</sup> Tal como bem assinala Arno Wehling, se a geração de Varnhagen e dos fundadores do IHGB havia sido motivada pela preocupação e necessidade de “inventar” o Estado e a Nação, agora, com o Estado-Nação já consolidado, caberia à nova geração de historiadores e intelectuais – liderada por homens Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – a tarefa de inventar (de descobrir) o Povo. É disto que se trata. O Povo, aqui considerado de uma perspectiva étnica e não política, corresponde a esta população multidiversificada que começa a ser percebida através de eventos vários, como a já citada Guerra dos Canudos. Esta impressionante diversidade humana do povo brasileiro, logo veremos, seria uma das dimensões fundamentais das análises historiográficas propostas por Capistrano de Abreu.

Não é de se estranhar, pode-se acrescentar, que uma produção historiográfica mais refinada como a de Capistrano de Abreu, já orientada para este novo objetivo de fundo que era o de apreender o “Povo” por dentro de um contexto de invenção do “Estado” e da “Nação” que já havia sido

adequadamente trabalhado pela geração de Varnhagen, tenha permitido ao historiador cearense trazer a inovadora contribuição de acrescentar à camada de história política uma nova camada de história social, que não está presente na geração anterior. Wehling (1991, p.270) chama atenção, na obra de Capistrano ainda da primeira fase, para a constatação de “duas histórias paralelas”. A velha história política fora bastante adequada para uma historiografia que perseguira essencialmente os objetivos de “inventar” o Estado e a Nação. Mas uma nova história social, a ser percebida em paralelo, se mostrava também necessária a este novo historiador que buscava agora apreender também o “povo”. A história política do estado e da Nação, poderemos acrescentar, era importante mas não mais suficiente. Para dar a perceber a nova nota do acorde formador da identidade brasileira – o “Povo” – era preciso introduzir o contraponto de uma nova melodia, de uma narrativa social da história. Uma nova camada, metaforicamente falando, acrescentava-se agora à polifonia historiográfica trazida pela contribuição inovadora de Capistrano de Abreu.

Para esquematizar o que até aqui foi dito, podemos vislumbrar uma primeira oposição diacrônica relativa ao desenvolvimento da historiografia brasileira. A geração historiográfica presidida por Francisco Adolfo Varnhagen fora aquela em que os conceitos de “Nação” e de “Estado” ocuparam a centralidade das análises e descrições historiográficas; já a geração historiográfica presidida por Capistrano de Abreu seria aquela na qual a ideia de “Povo” vem a constituir o principal cenário:



Esta oposição entre as duas grandes gerações historiográficas brasileiras do século XIX, de resto bastante adequada para um primeiro momento da análise, não deve, contudo, iludir-nos quando tivermos em vista um estudo mais específico da obra de Capistrano de Abreu – um autor para cuja compreensão de sua produção historiográfica impõe que não a consideremos de forma monolítica.<sup>15</sup> No afã de empreender uma aproximação mais rica e adequada da trajetória de Capistrano de Abreu na história de nossa historiografia, os analistas têm se empenhado em identificar fases possíveis que permitam discriminar por dentro esta importante produção historiográfica a partir das características de suas obras, de suas temáticas privilegiadas, de sua maneira de tratar e conceber a história. A análise que empreenderemos mais adiante, conforme já foi pontuado, nos levará à adoção da proposta de Arno Wehling<sup>16</sup> para uma compreensão da obra de Capistrano de Abreu em fases internas. De acordo com esta perspectiva, depois de uma pequena fase inicial de formação historiográfica, a obra de Capistrano de Abreu conhece entre 1874 e 1883 uma fase que pode ser denominada “historicismo cientificista”, e que se apoia fundamentalmente em uma “concepção mecanicista do real”, em uma metodologia indutiva e na busca de leis e generalizações capazes de dar a compreender as sociedades humanas historicamente realizadas. Em seguida, há um desenvolvimento bem distinto, em ruptura mesmo com relação a esta fase cientificista, tal como pode ser visto no esquema abaixo:



### Realizações iniciais

O “Necrológio ...” (1878) apresenta a Capistrano de Abreu uma oportunidade única para se confrontar com o grande fantasma historiográfico que dominara toda uma geração anterior de historiadores no Brasil:

Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878).<sup>17</sup> A morte do célebre historiador que se projetara a partir do ambiente intelectual paulista, sendo ele mesmo um filho de alemão e portuguesa que adota a nacionalidade brasileira em 1841, e sobretudo imortalizado por ter construído a mais sólida obra dos primeiros anos de formação da historiografia brasileira, oferecia no clamor das comemorações e reconhecimentos dedicados ao grande historiador uma ocasião perfeito para a crítica de toda uma ordem historiográfica anterior. Varnhagen, liderando uma geração de historiadores nativistas que se agruparam em torno do IHGB e que foram responsáveis pela implantação de uma historiografia genuinamente nacional, fora ele mesmo um típico representante de intelectual afinado com os tempos em que o Império brasileiro se consolidava, em meados dos anos 1850, e quando o sistema escravocrata-colonial que o contextualizava ainda não havia sido colocado em cheque. Desta maneira, tratamos aqui da obra de historiadores que possuíam uma visão bastante positiva acerca do Império e que não questionavam, certamente, a base econômico-social da sociedade escravista, com sua organização elitista e sua visão de padrões étnicos.

Outrossim, Varnhagen e sua geração de historiadores já haviam trazido para a historiografia brasileira uma contribuição importantíssima, tendo se contraposto ao modelo historiográfico de interpretação brasileira que havia sido proposto por Southey – um historiador inglês que, mesmo sem nunca ter visitado o Brasil fisicamente, havia produzido uma *História do Brasil* bastante crítica relativamente à colonização portuguesa que fundara o país. A sua perspectiva de análise da história e dos destinos do Brasil era bastante pessimista e sombria, intensamente crítica daquilo que ele considerava uma “degeneração dos costumes” e de sua base escravocrata. A principal tônica da geração de historiadores liderada por Varnhagen seria instituir uma visão positiva acerca da colonização portuguesa, vista como base fundamental para os desenvolvimentos futuros da nova nação, tornada independente em 1822. É a constituição do ‘Estado Nacional’ no Brasil que torna possível a escritura monumental da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

fundado em, será o espaço natural de discussão ocupado por esta nova geração historiográfica. Mas ali mesmo não tardariam a surgir outras vozes, o que ficaria bastante claro no momento em que, após o falecimento de Varnhagen, a sua imensa contribuição historiográfica é ao mesmo tempo reconhecida em toda a sua estatura e criticada em alguns aspectos fundamentais do modelo que sob ela subjaz, em sintonia com antigos tempos que agora também começavam a ser confrontados de todos os lados do mundo cultural e político.

No *Necrológio de Varnhagen*, Capistrano de Abreu reconhece os méritos do grande historiador que o precedera, sobretudo a sua capacidade de enfrentar os desafios de investigar uma documentação pertinente à história brasileira que, naquele século XIX que seria “o século dos arquivos”, via-se no Brasil muitas vezes mal-tratada, pouco conservada, ainda virgem antes os olhares mais experimentados dos historiadores, e que, nos arquivos estrangeiros, pouco interesse tinha atraído de historiadores europeus, à exceção de Southey. A preocupação de Varnhagen com a exegese documental, derivada da influência de Ranke, era certamente um ponto de contato com Capistrano de Abreu, de modo que o *Necrológio* registra muito favoravelmente este aspecto da produção historiográfica de Varnhagen. O intenso patriotismo de Varnhagen, visível na *História Geral do Brasil*, é também um aspecto que mereceria os mais altos elogios no *Necrológio* elaborado por Capistrano de Abreu.

Varnhagen, como se disse, elabora sua historiografia sob o contexto de formação do Estado Nacional no Brasil, revelando bem este desejo de contribuir para a construção da identidade no Império. Sintoniza-se perfeitamente com o projeto político que emerge com a maioria de Dom Pedro II, e a fidelidade à Coroa é explicitamente assumida nesta obra que defende claramente as cores de um Brasil Português. Desta adesão obtivera a clara contrapartida da proteção imperial, e ali estava também a obra de um aristocrata, condição que aliás é claramente assumida pelo fato de que o historiador faz questão de registrar, junto ao seu nome, o título de “Visconde de Porto Seguro”.

As críticas de Capistrano de Abreu a Varnhagen, através do *Necrológio*, desenvolvem-se em diversas direções. Critica, por exemplo, aquilo que antevê em Varnhagen como uma incapacidade de captar o ritmo singular de cada época, de cada localidade e espacialidade, tratando toda a História do Brasil de maneira um tanto uniforme. Para Capistrano, faltava-lhe, por exemplo, a capacidade de reconhecer a importância dos movimentos de resistência, das rebeliões, dos aspectos populares. Ao mesmo tempo em que critica Varnhagen por não ter percebido a diversificação de detalhes, também critica a ausência de uma coerência de conjunto que poderia ser beneficiada por uma atenção maior aos aspectos sociológicos que já iam sendo estudados por aquela época – e neste ponto seria oportuno lembrar que, à época da elaboração do *Necrológio*, a influência positivista era bastante evidente no pensamento de Capistrano de Abreu, que para este caso clamava pelo amparo das formulações teóricas de Spencer e Augusto Comte. Capistrano de Abreu vê na História Geral do Brasil de Varnhagen uma história comprometida por estar descarnada de uma Teoria que lhe poderia trazer uma unidade de coerência. Ele vê esta obra como uniformizada negativamente pela repetição, pela ausência de percepção da diversificação social e política, mas ao mesmo tempo uma uniformização sem uma coerência geral que poderia ser trazida por um maior interesse pela Teoria e um maior empenho de captar as “leis gerais” que estariam por trás dos desenvolvimentos históricos do país.

É muito interessante esta avaliação de Varnhagem empreendida no *Necrológio* elaborado por Capistrano, uma vez que através dela torna-se possível identificar nesta fase do historiador cearense uma clara motivação pela busca de grandes Leis Gerais, bem ao estilo positivista, que possibilitassem a elaboração de uma autêntica e coerente Teoria do Brasil. Essa teoria geral, que se encontrada poderia concretizar o projeto de desenvolver uma formulação de leis gerais atuantes no sentido de um desenvolvimento da História do Brasil, Capistrano de Abreu não foi contudo bem sucedido em encontrar ele mesmo, apesar das argutas críticas que havia desfechado contra Varnhagen. De todo modo, esta posição de entusiasmo

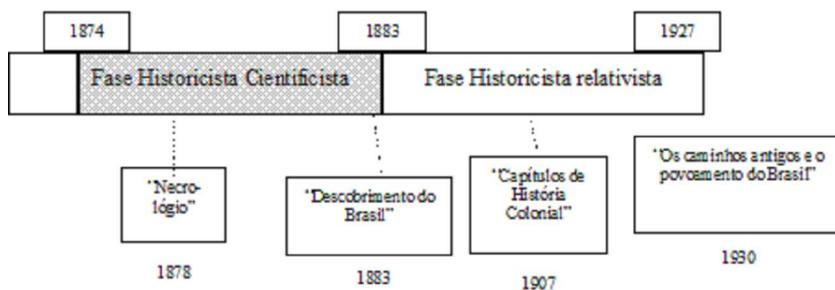
com relação à possibilidade de uma explicação teórica da História que apresentasse uma índole determinista, na direção mais tradicional do Positivismo, representa uma nova fase identificável no pensamento de Capistrano de Abreu, e seria francamente revista em momentos posteriores.<sup>18</sup>

De sua fase cientificista, que traz como realizações mais significativas alguns artigos escritos em 1879 e o célebre *Necrológico a Varnhagen* (1878), esta obra simbolicamente necessária porque marcaria o seu rompimento – e na verdade de toda uma geração de historiadores brasileiros – em relação à ‘geração Varnhagen’, Capistrano de Abreu passa em seguida a uma fase que se tornaria a mais característica de sua obra, aquela que deixou marcas mais profundas na historiografia subsequente e que traz as principais contribuições através das quais o historiador cearense é nos dias de hoje mais lembrado. O novo matiz historiográfico, que pode ter como um marco proposto o ano de 1883, seria assinalado por uma influência mais decisiva do realismo histórico alemão. Indubitavelmente, estão concentradas no período que aí se inicia algumas das maiores realizações historiográficas de Capistrano de Abreu. Já não aparecerão aqui as grandes pretensões de encontrar uma teoria para os desenvolvimentos históricos brasileiros, de rastrear os determinismos climáticos e geográficos que estariam por trás dos processos e acontecimentos de nossa história, e atenuasse a sua concepção evolucionista.<sup>19</sup> Ao invés da Teoria, que de fato não lograra obter nenhum desenvolvimento mais coerente na obra de Capistrano de Abreu, e isto apesar das pretensões positivistas da primeira fase de sua produção, o grande fetiche do historiador cearense, a partir de agora, era o Documento, como de resto ocorria com todos os historiadores fortemente ligados à tradição do realismo histórico alemão.

Firmando mais claramente a sua passagem do Positivismo à Hermenêutica historicista, a obsessão de Capistrano era agora, através de uma rigorosa crítica documental e de uma inquirição da verdade extraível das fontes, chegar “aos fatos tais como aconteceram” (para citar o célebre lema rankeano) e a partir daí estabelecer uma adequada interpretação destes fatos, organizando-os em um todo coerente. A “compreensão”, no sentido

conceitual que emprestava a esta palavra o historicismo alemão (por oposição à pretensão do cientificismo positivista de atingir uma “explicação” para os fatos históricos e sociais), era agora a base principal de sua concepção historiográfica. Para a realização de uma historiografia que já não ansiava por regularidades que permitissem surpreender as leis gerais da História, Capistrano de Abreu começa a se mostrar também atento a temas mais singulares, para além dos aspectos políticos tradicionais: a Cultura – através da família, do cotidiano, das celebrações, dos modos de convivência – tornam-se para ele temas que merecem especial atenção. Através da Cultura, o historiador poderia buscar surpreender os sentimentos, as sensibilidades, a singularidade de cada pensamento humano, não mais se restringindo aos fatos políticos. De igual maneira, Capistrano aprofunda aqui seus interesses pelo brasileiro autêntico, pelo popular, pelo indígena, consolidando ainda mais uma postura que, de algum modo, já o distinguira mesmo na primeira fase em relação à ‘geração Varnhagen’ de historiadores.

Esta aceitação ainda maior da singularidade tropical, da nação miscigenada, da possibilidade de construir uma civilização nas Américas com atenção às especificidades locais, radicaliza a partir daqui a oposição de Capistrano de Abreu em relação às interpretações oriundas do cientificismo europeu que, à maneira do que Buckle propusera em sua *História da Civilização na Inglaterra*, via com desconfiança ou mesmo como impossibilidade a construção de uma civilização plena no ambiente sócio-natural dos trópicos. O pessimismo historiográfico encaminhado pelo cientificismo positivista europeu em relação a países como o Brasil, que remontava à *História do Brasil* de Southey (1810), um livro que já havia sido criticado por Varnhagen a partir de um outro viés, é francamente contestado por Capistrano de Abreu na busca de uma interpretação para o Brasil que, além do estudo sistematizado do passado, deveria conservar as expectativas para a realização de um destino histórico triunfal.



*Descobrimento do Brasil – seus desenvolvimentos no século XVI* (1883), construída a partir da tese de defesa para a disputa pela cátedra do Colégio Pedro II, é ainda uma obra um tanto presa ao “esquema spenceriano”, e de fato o descobrimento é apresentado como resultado da expansão do organismo português,<sup>20</sup> mas em alguns momentos já começa a dar a entrever um novo Capistrano: historicista, atento às cores locais, voltado para a identificação da singularidade de uma história nacional que não poderia ser simplesmente inscrita, como pretendiam as generalizações positivistas, nos quadros de uma história civilizacional ao estilo europeu.<sup>21</sup> A atenção à importância de examinar os fatos históricos rigorosamente a partir dos documentos, surpreendendo e registrando o que “rigorosamente aconteceu”, como propunha o “dito de Ranke”, mas produzindo a partir daí uma interpretação destes fatos, isto é, “compreendendo-os” por dentro, já começa aqui a se delinear. Não é ainda obra de ruptura, mas ao menos prepara esta ruptura. De acordo com uma perspectiva historicista ao estilo do realismo alemão, o historiador não poderia transigir perante os fatos apresentados pelos documentos – daí a desconfiança por modelos pré-concebidos – mas, a partir daí, caía-se no território da hermenêutica. O historiador deveria ser rigorosamente objetivo e neutro no seu trato com as fontes, mas em um segundo momento deveria iniciar a produção de uma interpretação histórica.

Assim, em *O Descobrimento do Brasil*, Capistrano extrai dos documentos examinados a conclusão de que os espanhóis haviam sido os primeiros a visitar as terras que futuramente formariam o território da

América Portuguesa e, mais além, o Império do Brasil. Contudo, embora precedessem os portugueses na chegada às novas terras, seriam estes últimos que a visitariam sistematicamente, que transformariam estas visitas em ocupação do território, em domínio e controle sobre um espaço, em edificação de um imaginário pronto a incorporar as novas terras ao Império Português. Desta forma, sustentaria Capistrano de Abreu, “sociologicamente falando” os portugueses teriam sido os descobridores incontestáveis do Brasil, iniciando-se com eles uma história que continuaria por séculos. A estes portugueses, creditaria Capistrano, se deveria tributar a construção de uma “nação moderna” em um espaço que, até então, de acordo com as palavras do historiador cearense, era apenas percorrido por “brincas tribos nômades”.

Esta síntese da hipótese central de Capistrano de Abreu em *Descobrimento do Brasil* já nos coloca diante de uma concepção historicista em curso, prestes a se propor como ruptura em relação a toda a sua concepção historiográfica anterior. A neutralidade e objetividade do historiador são exercidas no trato com as fontes – e estas deveriam abrir ao pesquisador as cortinas de uma realidade. Se os espanhóis haviam precedido os portugueses na chegada à futura América Portuguesa, os fatos assim precisariam ser registrados. Contudo, não deveria se eximir o historiador de uma leitura sociológica de um processo. A História do Brasil estava inelutavelmente atrelada à ocupação promovida pelos portugueses, ao encontro destes com um território constituído gradualmente a partir da vitória sobre o meio natural e as condições adversas, e ao mesmo tempo inextricavelmente ligada ao encontro do português com o índio, a eles logo se juntando o africano. Esta ideia da conquista de um espaço – com sua transformação efetiva em um território – teria uma importância máxima nas interpretações de Capistrano de Abreu sobre a História do Brasil, como se veria nas obras posteriores. Da mesma forma, a outra ideia fundamental, que fornece o segundo fio de urdidura para a interpretação historiográfica de Capistrano de Abreu, seria a da gradual construção de uma identidade brasileira – uma Identidade que se desprende da portuguesa, para a ela se

contrapor posteriormente, nos sucessivos períodos da História do Brasil até a instalação do Império, e mesmo depois, quando a República se ocuparia de superar definitivamente um sistema que trazia os traços hierárquicos e sociais trazidos de Portugal e implantados no mundo político.

Vale lembrar que as obras de 1900 sobre o Descobrimento, analisadas por Wehling, já apresentam procedimentos metodológicos “plenamente hermenêuticos”, apresentando uma interpretação que se estabelece sobre “uma combinação de análise lógica, evidência documental e crítica das interpretações anteriores”. A ruptura, certamente, já ocorreu, e estamos diante de um novo Capistrano.

A grande obra de Capistrano de Abreu, já definitivamente dentro de um espírito historicista que define realmente uma nova fase na produção historiográfica do escritor cearense, aparece com os *Capítulos de História Colonial* (1907). Aqui, já estava perfeitamente ultrapassada em Capistrano a fase do “historicismo cientificista”. A tônica desta obra é precisamente a da afirmação de uma identidade brasileira, a princípio em oposição ao colonizador português (ou europeu, de modo mais geral), mas também contra o pano de fundo do Império Brasileiro, com suas imposições hierarquizantes, sua dominação escravocrata e sua estrutura elitista. O personagem central da obra, em sua heróica busca pela identidade, é o próprio povo brasileiro. Como se disse, de modo a surpreender a singularidade deste povo, bem como perscrutar-lhe a construção de uma identidade, o historiador propõe-se aqui a superar o mero âmbito da História Política de caráter tradicional para mostrar-se igualmente atento aos fatos da Cultura. Valoriza, nesta proposta, o indígena, o sertanista, a multiplicidade brasileira, e mesmo o colonizador europeu, uma vez inserido no ambiente brasileiro, adquire uma outra identidade desde os tempos iniciais da ocupação do território que viria a constitui a base da nação brasileira. O que o historiador apresenta aqui é precisamente a narrativa desta gradual mas definitiva conquista de um território, de estabelecimento de uma nova identidade que vai se agregando à espacialidade tropical, de atribuição de uma visibilidade cada vez maior para esta diversidade humana que vai se

estabelecendo a partir do encontro entre indígenas, africanos, portugueses e demais europeus no interior de um único espaço, embora um espaço um espaço multidiversificado internamente.

Não é gratuitamente que os *Capítulos de História Colonial* – com uma parte inicial denominada “Antecedentes Indígenas” – iniciam-se precisamente com a descrição da complexa espacialidade brasileira. O historiador procura descrever aqui, com toda a minúcia possível, um espaço que breve haverá de ser reterritorializado, com a chegada dos “descobridores” portugueses. A descrição geográfica é hábil, partindo dos limites mais amplos e daí atingindo as especificidades locais. Das descrições ainda atinentes aos aspectos físicos da Geografia – limites, relevo, geologia, bacias hidrográficas – logo se passa à instalação de um ambiente natural. E é desde já útil mostrar que a própria Natureza é descrita por Capistrano como um personagem que, também ela, luta para se instalar no ambiente e no espaço físico. Um pequeno trecho pode dar ideia desta interação entre a vida orgânica e o ambiente físico. Se mais além, a luta pelo controle e personalização do espaço será desenvolvida pelos homens, nestas páginas iniciais assume também o seu papel territorializador a própria vida animal e vegetal, como pode ser vista esta passagem que descreve a Depressão Amazônica:

A luta pelo ar e pela luz arremessa as plantas para cima; repelem-se nas alturas as copas do arvoredado, árvores possantes viram trepadeiras, cruzam-se lianas em todos os sentidos. Plantas sociais como a imbaúba e a monguba constituem exceção: em regra numa superfície dada cresce o maior número possível de espécies diferentes.<sup>22</sup>

Daí segue-se a descrição da vegetação em outros ecossistemas nacionais, desde as regiões verdes às regiões de seca, até que se passa à descrição sintética das espécies animais, não sendo senão outro o seu objetivo que não o de descrever uma exuberante vida animal a largas traçadas. Daí, quase fazendo o leitor deslizar pelas palavras sem que perceba que está passando da descrição física, vegetal, animal, à ocupação humana, no caso a cargo dos indígenas, aparece este interessante parágrafo de ligação que anuncia uma terceira zona textual cujo objetivo é introduzir em cena o

primeiro ator humano que tomará parte neste rico espetáculo histórico: o indígena brasileiro:

Entre esses animais, nenhum pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando o transporte: apenas domesticou um ou outro, os mimbabas da língua geral – em maioria aves, principalmente papagaios, só para recreio.<sup>23</sup>

Este recurso literário, o uso de parágrafos de ligação que fazem deslizar uma zona temática a outra, são muito comuns em Capistrano de Abreu, de modo que se passa aqui da descrição da vida animal, um tanto imperceptivelmente, à descrição social indígena, situando-se em seguida o Homem no centro de uma História que logo deixará para trás o estilo descritivo idílico em favor de um discurso onde se alternarão as tonalidades trágicas e triunfalistas. O Homem, naturalmente, é neste primeiro momento o Indígena, e isto é também um recurso de passagem, pois o Índio será aqui este que faz a mediação discursiva entre a Natureza e o mundo propriamente Humano.

De qualquer modo, eis aqui o Homem no centro do palco da História – de uma história cujo principal enredo é sem dúvida a luta pelo espaço, a sua transformação em território, a humanização deste território contra o pano de fundo do confronto do homem com o próprio homem, e, por fim, como melodia suprema nesta bem arranjada sinfonia, a construção de uma identidade – primeiro portuguesa, depois genuinamente brasileira – que se estabelece sobre este mesmo espaço. Não é por acaso também que o capítulo inicial da obra é denominado “Antecedentes Indígenas”, ao mesmo tempo incorporando o indígena à história brasileira de uma maneira que ainda não havia sido feita pela geração historiográfica precedente, mas por outro lado ainda deixando-o de fora, como Prelúdio idílico de uma História que realmente começará a ser desenhada com a chegada dos portugueses – ou mesmo antes, com desenvolvimentos que já se dão na própria Europa, sendo para este cenário que se dirige o segundo capítulo da obra, denominado “Fatores Exóticos”. Tem-se aqui, neste título, um suave paradoxo: do ponto de vista de uma espacialidade brasileira a ser conquistada, os portugueses

aparecem como fatores externos que se impõem a um mundo que já pré-existia; mas por outro lado é com eles que se inicia a história.

O ponto de partida da descrição destes antecedentes exógenos – isto é, europeus – é o confronto e interação entre Igreja e Estado Laico, ou entre aquela e o Poder Temporal, gerador de uma hierarquia social que é simplificada por Capistrano nas figuras da realeza, nobreza e povo. É interessante notar a preocupação de Capistrano em descrever não apenas os fatores institucionais, econômicos e políticos, mas também aspectos culturais pertinentes ao cotidiano e modos de sensibilidade do homem português que se lançaria à aventura nas navegações ultramarinas e da colonização:

O português do século XV era frageiro, abastémio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia rebuscos ou eufemismos de linguagem. / A têmpera era rija, o coração duro.<sup>24</sup>

Trata-se aqui da construção de um personagem para um Drama que logo irá se iniciar. Daí se passará em seguida ao capítulo “Os Descobridores”, início da verdadeira história que está pronta a se desenrolar. Será creditada aos descobridores portugueses as raízes de uma nação ainda a construir, ainda que Capistrano, em uma rápida passagem, ainda relembre a sua antiga menção ao fato de que os espanhóis teriam conhecido o Brasil antes dos portugueses:

É possível que haja mesmo encontrado [a armada do capitão-mor] a Diego Lepe ou algum outro viajante espanhol. O descobrimento dos portugueses já figura no mapa de Juan de la Cosa, terminado em outubro de 1500.<sup>25</sup>

De qualquer modo, o Português é a partir deste capítulo o herói central da trama, e não tardará a entrar em inevitável conflito com outros europeus interessados em novas terras, tal como começa a explicitar o capítulo “Primeiros Conflitos”, começando por opor os portugueses aos franceses. A conquista de uma territorialidade brasileira, desta maneira, tem como primeiro agente heróico o próprio Português, contra os franceses que são desenhados como invasores (“intrusos”), dando sequência a uma

interpretação já clássica da história nacional. Esta é na verdade a primeira grande batalha de interesses a ser inserida na trama de Capistrano de Abreu, que observa a propósito do jogo de alianças entre europeus e indígenas que “durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portugueses) ou aos Mair (franceses)”. A instalação de um poder mais efetivo, capaz de controlar efetivamente a América Portuguesa através não só do aparelhamento armado mas também da ocupação da terra é assim o segundo ato nesta grande Guerra que se inicia a partir da aliança entre reinos europeus rivais e tribos indígenas rivais. Com a ocupação, necessária para conservar a América Portuguesa, inicia-se um destino identitário. Entra-se, assim, nos âmbitos dos lances institucionais do esforço colonizador, que Capistrano de Abreu irá descrever no 5º capítulo de sua obra, “As Capitánias Hereditárias”, e depois no capítulo 6, “As Capitánias da Coroa”.

O Capítulo 7 – “Franceses e Espanhóis – mostrará o cuidado de Capistrano de Abreu com o contexto político-econômico externo (extra-americano) pronto a influenciar os destinos da América Portuguesa. A oportunidade exemplar para retomar este contexto externo é a instalação, em 1580, da União Ibérica. De qualquer modo, logo retoma o tema principal de sua obra: a conquista de um território e a construção de uma identidade a partir desta conquista territorial. A marcha interna para diversas direções do país – em uma palavra, a ampliação da terra sob efetivo controle – é aqui o fio condutor deste discurso sobre uma identidade pátria em formação. E, tão bem ao estilo de Capistrano de Abreu, desta movimentação interna desliza-se em pouco para as questões econômico-sociais, para a descrição da produção colonial, dos Engenhos e de seu funcionamento, da diversificação produtiva, da Circulação e do Consumo, das redes viárias que viabilizariam o novo sistema econômico-social. Daí se passa, igualmente de modo espontâneo, ao aspecto humano, “às três raças irreduzíveis, cada qual de continente diverso, cuja aproximação nada favorecia”:

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem, ainda livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente

separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade / Em suma, dominavam forças insolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam diferenças, não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade Só devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII Reinóis e mazombos, negros boçais e ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irreduzíveis, do que do invasor holandês. Daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos. Em São Vicente, no Rio, na Bahia, e em outros lugares, por meios diferentes, chegou-se ao mesmo resultado.<sup>26</sup>

A identidade pré-nacional, desta maneira, desenha-se na narrativa de Capistrano de Abreu por oposição ao estrangeiro não-português, ou não-africano-escravo. A guerra contra os holandeses (capítulo 8: “Guerras Flamengas”) emerge aqui, mais uma vez, como já fora no capítulo anterior o confronto com os franceses, como o principal fator que contribui para construir a unidade de um meio social antes disperso, onde a identidade não podia ser reconhecida. Daí, de uma sociedade que emerge una em virtude do enfrentamento do inimigo holandês, passa-se à descrição de uma administração colonial única, consolidadora da unidade (p.48). De igual maneira, a oportunidade se apresenta novamente para que Capistrano de Abreu dê mais um giro pelo contexto externo, examinando o histórico das relações comerciais e diplomáticas entre portugueses e holandeses. Para tal, recua à própria história do comércio holandês, e depois retoma o contexto de interação deste com o Império Português. Daí passa-se aos sucessos militares, já novamente no território da América Portuguesa. Trata-se de uma descrição bastante longa, que ocupa uma parte significativa do livro.

Mas é com o capítulo 9, intitulado “O Sertão”, que Capistrano retoma de maneira mais explícita o fio condutor que constrói a sua narrativa em termos de uma gradual conquista do espaço pelo colonizador brasileiro de origem europeia. Apenas como um exemplo, já o segundo parágrafo deste capítulo procura assinalar a retomada desta temática e da discussão em torno da construção de um território nacional:

Podemos começar com a capitania de São Vicente. O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 530, na borda do campo, significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço da várias gerações. Deste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo. / O Tietê corria pero; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e alcançava-se o Paraíba, encaixado entre a Serra do Mar e a Mantiqueira, apontando o caminho do norte. Para o sul estendiam-se os vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vezes, mas incapazes de sustarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira mar, vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército, e abrir novas picadas, domando as asperezas da serra, rompendo as massas da vegetação, arrostando a hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sobre-humanos.<sup>27</sup>

Este trecho, entre outros que poderiam ser igualmente exemplificativos, explicita claramente o drama que embasa a narrativa de Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*: o enfrentamento entre o homem e o meio, com episódios de vitória de um sobre o outro, e vice-versa. Por um lado o colonizador imprime seu avanço inexorável, mesmo que este requeira o concurso de várias gerações até abarcar uma região mais abrangente, nos lugares em que o meio se mostra hostil e o espaço difícil de ser transposto. Por outro lado, mesmo este colonizador que se estabelece nos espaços conquistados, sabe se valer das próprias peculiaridades do meio para estabelecer seu modo de vida, sua independência, sua supremacia sobre o território diante de outros colonizadores. É assim que, aproveitando-se das peculiaridades do meio, “a população sertaneja torna-se independente da autoridade da marinha”. Mas também é Espaço, desenhado como o antagonista do Homem que desejaria conquistá-lo, que se mostra logo a seguir indomável, a exigir de novos ocupantes “esforços quase sobre-humanos”. Espaço e Homem, ao mesmo tempo em que se contrapõem, sobredeterminam-se um ao outro, o homem moldando o espaço e o espaço moldando o homem. Aqui vemos aquele

surdo diálogo que no seio historiográfico se dá entre a ‘generalização’ das leis que se impõem aos destinos humanos, bem ilustrado pelos trechos em que se explicita um certo determinismo geográfico, e a diversidade humana que se aproveita deste mesmo espaço para reconstruí-lo. Entre os colonizadores, mostram-se vencedores os que sabem vencer o meio nos momentos necessários, e que a este se aliam nas demais oportunidades. É desta história de pareceria e enfrentamento entre Homem e Espaço que Capistrano de Abreu extrai o principal de sua narrativa.

Outro aspecto relevante é que, nesta análise dos processos de interação entre Homem e Espaço, os atores não são só os indivíduos que se estabelecem heroicamente para a constituição de novos territórios. O aspecto humano também é examinado sob a sua forma coletiva, de ‘população’ – uma população que também é pintada com cores de heroísmo na história de sua luta contra o meio, já que lentamente vai crescendo, “embora epidemias frequentes inutilizassem em poucos meses o progresso de anos”.<sup>28</sup> O humano, portanto, é desenhado pela palheta de Capistrano de Abreu tanto sob a égide das ações individuais, como sob a égide do coletivo. A própria psicologia do colono é redefinida em virtude de inúmeros fatores, dos “triumfos colhidos nas guerras contra os estrangeiros” aos aspectos peculiares do meio e da natureza, passando pelo sucesso particular de indivíduos e grupos específicos como o dos bandeirantes. São estas inúmeras vitórias, dos indivíduos, dos grupos específicos, da população como um todo, que gradualmente se afirmam e se integram de modo a produzir uma identidade da população nacional contra o pano de fundo do domínio metropolitano, explodindo em episódios específicos como o da Guerra dos Emboabas.<sup>29</sup>

É também de uma questão relacionada ao Homem e ao Espaço que nos fala o capítulo sintomaticamente intitulado “Formação dos Limites”.<sup>30</sup> Aqui, o pano de fundo começa a ser entretecido a partir do enfrentamento entre portugueses e espanhóis desde os tempos do Tratado de Tordesilhas. Espanha e Portugal são trazidas para o centro do palco, de modo a que Capistrano possa acrescentar uma nova cor à formação do espaço nacional, no seio da partilha da América Portuguesa e da América Hispânica. Do

embate e da interação entre Espanha e Portugal, esta no período da união entre as duas Coroas, faz-se também a constituição deste espaço nacional. Trata-se aqui do estabelecimento de duas territorialidades, definindo o espaço que seria ocupado, em um jogo de avanços e retrocessos, pela América Portuguesa e pela América Hispânica. O Brasil, desta maneira, é desenhando neste penúltimo capítulo por oposição ao seu outro, ou aos seus “outros” de origem hispânica. Trata-se, então, para Capistrano, de definir algumas das mais importantes questões estabelecidas em torno dos limites americanos pelas duas metrópoles peninsulares.

O derradeiro capítulo de *Capítulos de História Colonial*, intitulado “Três séculos depois”<sup>31</sup> busca trazer um derradeiro panorama da população inserida no espaço nacional já territorializado. É um capítulo extremamente interessante no sentido de que deixa transparecer um significativo esforço de trazer para o centro da descrição aspectos da vida quotidiana e da cultura material, do mundo do trabalho, da relação do homem com o meio sob a forma de atividades econômicas que surgem no universo colonial, do confronto de novas identidades que surgem por dentro da população colonial da América Portuguesa – baianos, pernambucanos, paulistas – questões, enfim, relacionadas à produção, circulação e consumo. Para a descrição da vida material através de múltiplos aspectos como a habitação, o vestuário, a alimentação, o mobiliário, os objetos de lazer, bem como para uma descrição das atividades cotidianas relacionadas aos vários grupos sociais e às diversas localidades do país, são evocadas sobretudo as fontes tributadas aos viajantes, Sainte-Hilaire, Martius e outros. Tem-se aqui os inícios de uma tradição que se estenderia por toda uma historiografia posterior de confiar nas informações trazidas por estes diversos relatos de viajantes.

De todo modo, a preocupação inovadora de Capistrano com a vida cotidiana e com a cultura material, com a percepção da cultura do povo através de suas expressões de lazer e de suas canções, com a apreensão dos modelos de comportamento e perfis psicológicos dos diversos tipos coloniais, com fatores relacionados ao que hoje definiríamos como ‘relações de gênero’,<sup>32</sup> também antecipa toda uma vertente historiográfica posterior

que logo iria se apresentar como crítica arguta dos trabalhos historiográficos exclusivamente políticos, à maneira da história descritiva e factual que fora tão comum no século XIX.

Capistrano, aqui, já se afirma como um historiador do século XX, pronto a acompanhar os movimentos de expansão da historiografia que logo iria multiplicar as suas fontes, os seus objetos de interesse, os seus diálogos interdisciplinares. É particularmente interessante, ainda, verificar que esta apreensão cuidadosa e sistemática da vida cotidiana e da cultura material, do universo lúdico e da vida cultural propriamente dita, dá-se ainda, conferindo aos *Capítulos de História Colonial* uma indiscutível coerência discursiva, sob os signos da relação entre o Homem e o Espaço, entre a diversidade humana e a diversidade apresentada pelo meio natural e geográfico. É a partir desta nova faceta de relação entre o Homem e o Meio que se multiplicam no universo colonial brasileiro os modos de vida, os diversificados parâmetros materiais, habitacionais, alimentares, os destinos profissionais e funcionais, as formas variadas de exploração das riquezas naturais, as diversas alternativas de assentamento, a fixação e o movimento que dão vida à diversidade colonial. As escolhas pertinentes às várias localidades, do norte ao sul do país, dão mais uma vez sob o signo da interação entre o homem e o espaço. O homem de cada localidade recebe o principal de suas características deste meio que o envolve, que lhe ampara, que ele enfrenta.

Os *Capítulos de História Colonial* se encerram com um trecho que demarca bem este período estudado do século da Independência, que logo seria examinado por Capistrano. O parágrafo final sintetiza, em poucas linhas, algumas das preocupações centrais da obra: em primeiro plano a relação entre Homem e Espaço / Ambiente, atravessada pela rica diversidade humana que o historiador procura delimitar em grupos separáveis e perceptíveis de acordo com suas singularidades; em plano complementar, a ‘unidade’ trazida sobretudo pela língua única que se fazia patrimônio de todos e pela religião cristã que a todos se impunha; em surdo e gradual progresso, outro fator importante de unidade assinalado pela aversão do

brasileiro em formação com relação ao português que o domina e que é desenhado pela história pátria cada vez mais como o grande intruso; por fim, o empenho necessário ao historiador em captar traços de um espírito geral pertinente ao homem brasileiro do período colonial, que já desempenha um papel específico na História nacional, mas que ainda se mostra passível de ser contrastado com a obstinada busca de Independência que logo seria a principal marca dos homens que tomariam conta do cenário brasileiro no século seguinte:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em sumo ao que se reduziu a obra de três séculos.<sup>33</sup>

## Considerações Finais

A produção da Capistrano de Abreu segue adiante, para além dos Capítulos de História Colonial. Postumamente, seriam publicados *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930), e aparecem antigos e novos textos em *Ensaios e Estudos* (1931-1933). A análise destas obras, contudo, requereria maior espaço de reflexão, de modo que nos limitaremos, neste artigo, ao ponto a que chegamos com a análise *Capítulos Colonial*. Dois “Capistranos” – o do *Necrológio* e das obras iniciais, e o dos *Capítulos de História Colonial* podem ser aqui confrontados, e foi este o objetivo do presente artigo. Enxergar a ruptura entre duas concepções historiográficas presentes no mesmo autor em momentos diferenciados, mas também as significativas contribuições de Capistrano de Abreu no plano mais geral quando confrontamos a sua obra com a tendência historiográfica que predominava em uma geração anterior de historiadores brasileiros, liderados por Varnhagen, eis aqui o que buscamos realizar neste artigo, que apenas pôde se aproximar da riquíssima contribuição intelectual do historiador cearense.

## Referências:

### Fontes (obras de Capistrano de Abreu)

- ABREU, Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* [1878]. In: *Ensaios e estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p.81-91.
- ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.
- ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. 1.ed. 1954-1956. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, vol. 1 e 2, 1977.
- ABREU, Capistrano de. *Ensaios e estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. [ou: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. disponibilidade virtual:  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&oobra=2074](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&oobra=2074)

### Bibliografia

- CAMARA, J. S. *Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.
- CAMPOS, P. M. *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. in GLENISSON, J, *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difel, 1983.
- CANABRAVA, Alice. “Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano”. *Revista de História*. São Paulo: USP. Out/dez de 1971.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONTIJO, Rebeca. História e Historiografia nas Cartas de Capistrano de Abreu. *História*. São Paulo: UNESP (Franca), 24, 2005.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. V.III (1855-1877). São Paulo: Cultrix / Edusp, 1977.
- REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu – o surgimento de um povo novo: o brasileiro” in *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.86-114.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro / Niterói: Gama Filho / UFF, 1994.

- WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol.12, jan. 1999, p.1-10.
- WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. A 152, n°370, p.265-274.

## NOTAS

\* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007) e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009). Rua Senador Vergueiro. 218 – ap. 205

22230.001 Rio de Janeiro, RJ (Brasil). e-mail: jose.assun@globo.com

<sup>1</sup> WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol.12, jan. 1999, p.1-10.

<sup>2</sup> Arno Wehling, em seu artigo “Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista” (1991), utiliza a expressão “historicismo romântico” para o que considera uma segunda fase do historicismo, correspondente metodologicamente à obra de Ranke, na Alemanha, e à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, aqui no Brasil. Depois desta fase iniciar-se-ia um terceiro momento, apodado por Wehling de ‘historicismo cientificista’. Quanto aos primórdios historicistas, refere-se a um ‘historicismo filosófico’ no século XVIII, no qual se destacam nomes como o de Vico e Montesquieu. WEHLING, Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. A 152, n°370.

<sup>3</sup> A assimilação por historiadores brasileiros de Buckle, historiador que perseguia as leis gerais da História, não deixava de trazer contradições para a historiografia do Império, empenhada na afirmação da identidade nacional e em situar o Brasil no quadro das nações civilizadas. Em sua obra publicada em 1857 – uma *Introdução para a História da Civilização na Inglaterra*, Buckle sustentava que o desenvolvimento da civilização europeia seria assinalado pela influência cada vez menor do mundo natural, pois as forças mentais acabariam por sobrepujar às condições físicas. Em contrapartida, referindo-se ao Brasil, país caracterizado pela impressionante abundância de vida natural, afirmava que aqui o homem estaria condenado a viver eternamente em condições primitivas. Ver MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. V.III (1855-1877). São Paulo: Cultrix / Edusp, 1977.

<sup>4</sup> “O cientificismo, conforme seu sufixo indica, foi a transformação da ciência de método de abordagem em visão de mundo” WEHLING, Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. A 152, n°370, p.267.

<sup>5</sup> WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. A 152, n°370, p. 265

<sup>6</sup> SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>7</sup> Durante muito tempo, havia dominado o cenário da historiografia sobre a Guerra do Paraguai uma certa perspectiva, que apresentava no livro de Chiavenatto (1979) a sua obra mais influente, que indicava que o exército brasileiro era formado basicamente por escravos. Esta afirmação foi contestada por historiadores como Francisco Doratioto (2002) e Eduardo Salles (1990), que avaliam em no máximo 10% o real efetivo de escravos no exército em campanha. De qualquer maneira, a necessidade imperial de promover uma grande participação de setores diversos para a formação de um grande exército, inclusive contando com os escravos, não deixou de conceder voz a setores sociais que antes não a tinham. Ganham destaque também, como chefes militares, muitos alforriados negros (SALLES, 1990).

<sup>8</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>9</sup> WEHLING, 1991, *op. cit.* p. 266.

<sup>10</sup> REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu – o surgimento de um povo novo: o brasileiro” in *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 90.

<sup>11</sup> Wehling, *op. cit.*, 1991.

<sup>12</sup> REIS, *op cit.* 2000, p.89; WEHLING, *op. cit.* 1991, p.265.

<sup>13</sup> WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro / Niterói: Gama Filho / UFF, 1994.

<sup>14</sup> WEHLING, 1991, *op. cit.* p.265.

<sup>15</sup> O marco inicial no empenho de identificar fases que denunciem rupturas na obra de Capistrano de Abreu deve-se a um artigo de Arno Wehling para a RIHGB intitulado “Capistrano de Abreu – a fase cientificista” (1977).

<sup>16</sup> Wehling, *op. cit.* 1991, p.266.

<sup>17</sup> Arno Wehling, em seu artigo de 1991 sobre “Capistrano de Abreu e Sílvio Romero – um paralelo cientificista”, situa a fase “historicista cientificista” de Capistrano De Abreu entre 1874 e 1883.

<sup>18</sup> Sobre as críticas de Capistrano a Varnhagen de ausência de consistência teórica, é interessante notar que, por outro lado, apesar da variedade de leituras e interesses teóricos de Capistrano de Abreu, alguns de seus analistas, como Alice Canabrava (1971), consideram que também a Capistrano teria faltado uma problemática mais consistente, capaz de guiar sua interpretação da História do Brasil. Assim, o cientificismo de Capistrano de Abreu, predominante em sua obra entre os anos 1874 e 1880 (Wehling, WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro / Niterói: Gama Filho / UFF, 1994), também apresentaria suas lacunas teóricas. Se Varnhagen teria

padecido de franco desinteresse pelo teórico, já Capistrano teria sido afetado pelo mal oposto: fascinado pela reflexão teórica de uma variedade de autores de que fez sistemáticas leituras, não conseguiu encontrar uma maior coerência, e muitos dos conceitos fundamentais da Sociologia de sua época não se mostram dominados por ele a ponto de serem imediatamente aplicados em suas análises da História do Brasil.

<sup>19</sup> Por esta época, Capistrano de Abreu passaria a rejeitar os determinismos climático, geográfico, racial que ainda haviam pautado sua concepção científicista de índole positivista.

<sup>20</sup> WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o Descobrimento do Brasil. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol.12, jan. 1999, p.1.

<sup>21</sup> É importante não confundir esta primeira obra com outra posterior, que versaria sobre temática análoga. A tese de cátedra para o Colégio Pedro Segundo abordava *O Descobrimento do Brasil – seus desenvolvimentos no século XVI*. Posteriormente, Capistrano de Abreu escreveria outro texto, um ensaio de abertura para o primeiro volume do *Livro do Centenário (1500-1900)*, intitulado *O Descobrimento do Brasil – Povoamento do Solo – Evolução Social*. Os dois textos passaram a compor um volume único com a edição *O Descobrimento do Brasil – publicada pela Sociedade Capistrano de Abreu em 1929*.

<sup>22</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. [ou: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. disponibilidade virtual:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_acton=&co\\_obra=2074](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acton=&co_obra=2074).

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *Idem*.

<sup>25</sup> *Idem*.

<sup>26</sup> ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 76.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 79.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 100-101.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>31</sup> ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*, *op. cit.* p.124.

<sup>32</sup> *Idem*, *Ibidem* p.137-138.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 140.